



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 27

20.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Portalegre, no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Rui Gonçalves (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuela Pedroso (em substituição de Luís Barata, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Barradas (em substituição de Maria Miranda, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuel Canhoto (em substituição de Ana Luísa Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, João Vivas (em substituição de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marília Lacão (em substituição de Luís Ricardo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Luís Belinho (em substituição de Bruno Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Francisco Manuel Frutuoso Carriço e Artur Jorge Coelho Correia. -----

Constantina Henriques, Presidente da Mesa, deu por aberta a sessão eram 21:30 horas. -----

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal e por não se ter realizado Conferência de Representantes por falta de quórum, a Presidente informou os membros da proposta dos tempos de debate definidos pela Mesa, para a discussão de cada um dos pontos da ordem de trabalhos, tendo os membros da Assembleia aceite a mesma.

Não estando presente a 1ª Secretária da Mesa, Maria da Conceição Miranda, a Presidente da Mesa solicitou ao membro Luís Alentejano que integrasse a Mesa. -----

Período de intervenção dos cidadãos

Aberto o “Período de Intervenção dos Cidadãos” o cidadão Alberto Azeitona inscreveu-se para o efeito.

Depois de se identificar disse que pretendia ler um documento que entregou à Mesa e que passa a transcrever-se:

“A CLIP de Adelaide Teixeira esconde também obra polémica. Após várias reclamações ao executivo anterior (Mata Cáceres), mais uma vez vejo favorecimento a um funcionário da Câmara. Não entendo o porquê deste favorecimento e entreguei na Câmara algumas fotos de como deixaram a minha habitação. Estou a ser discriminado, enganado e perseguido pelos executivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Tenho pedido à Câmara para me trazerem o LNEC, para ser feita uma vistoria independente, a qual me tem sido recusada e, as que a Câmara tem feito, são viciadas e aparentemente, a autarquia desconhece a palavra “incompatibilidade”, visto que só a Câmara pode reabrir este processo.

Apela-se e fala-se em deontologia e códigos de conduta, mas eu não vejo nada!

Com este simples texto demonstro o que se passa na Câmara Municipal de Portalegre.

Não me calo e reclamarei até que seja ouvida a minha voz!”

Terminada a intervenção foi dada a palavra ao cidadão Fernando Areias, que disse pretender colocar três questões à Presidente da Autarquia:

A primeira era referente à Escola da Praceta, uma vez que tinha ouvido dizer que a Câmara teria de devolver fundos comunitários, porque se não o fizesse ficaria impedida de concorrer ao “Portugal 2020”. Gostaria de saber qual era o ponto de situação e se a Câmara já tinha respondido à CCDR

A segunda questão era relativa à reestruturação do plano de saneamento financeiro da Câmara de Portalegre e aos 700.000€ inscritos em rubricas no orçamento, assim como os 7 milhões do plano de saneamento, uma vez que o plano pretendia passar o pagamento de 4 para 12 anos. Perguntou se tinha havido algum avanço no sentido de alguma entidade bancária poder ajudar o Município de Portalegre naquela questão.

A terceira e última prendia-se com as últimas notícias que tinham vindo a lume desejando saber se a Presidente da Câmara mantinha a confiança em todo o seu executivo camarário.

Sobre a primeira pergunta a Presidente da Câmara disse que estavam atualmente a negociar com a CCDR aquela questão e, obviamente, que não passaria pela cabeça de nenhuma das partes por em causa os fundos comunitários. Portanto, na altura certa, os órgãos competentes enviariam a candidatura. Mais disse que não lhe cumprindo dizer mais acerca do assunto, sempre adiantava que os fundos comunitários já estavam a ser utilizados em algumas obras, no concelho. Estranhou a pergunta e disse gostar de saber onde é que o cidadão Fernando Areias tinha obtido tais informações.

Quanto à questão da reestruturação do saneamento financeiro referiu que o concurso não tinha a ver com a reestruturação da dívida, mas com a substituição da mesma, o que era diferente. Só atualmente é que estavam na parte da reestruturação. Disse ainda que sempre tinha sido desejado por todos que o saneamento financeiro feito em 2008, com base num determinado tipo de pressupostos, pudesse ser reestruturado. Do saneamento financeiro estavam 8 milhões por pagar, o que obrigava a autarquia a pagar cerca de 2 milhões/ano e se tornava asfixiante. Portanto, quando tal acontecia, tinham de reestruturar a dívida e prolongar no tempo o pagamento da mesma e a folga financeira que dali se obtinha iria, evidentemente, desonerar a Câmara e permitir fazer algum investimento, a nível de limpezas, saneamento básico e outras. Daquele modo, não estavam a mexer na totalidade da dívida. Lembrou que a dívida, na sua totalidade, rondava os 28.500.000€ e o que se pretendia reestruturar eram os 8.000.000€. Portanto, a verdade é que o primeiro concurso foi para a substituição de dívida e o segundo para reestruturação do saneamento financeiro e ambos foram à reunião de Câmara e da Assembleia.

Relativamente à questão da confiança no seu executivo permanente disse ser claro que mantinha a confiança no mesmo.

Pediu de seguida para intervir o cidadão António Correia, em representação de um grupo de moradores da freguesia de Urrea, que pediu para ler o abaixo-assinado que tinha em sua posse e entregar um exemplar à Mesa.

Obtida a referida autorização, disse: “Tendo em consideração que a água é um bem essencial, da qual os moradores abaixo assinados se veem privados constantemente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

solicitamos a intervenção e o apoio da Assembleia Municipal de Portalegre, na tentativa de resolução do problema em questão.

Os moradores do Bairro dos Apóstolos e ruas adjacentes foram informados pelo executivo da Junta de Freguesia de Urra, há cerca de dois anos, que a solução estaria para breve, uma vez que em reunião havida entre a Junta de Freguesia e o Presidente dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Portalegre, Vereador António Landeiro, lhes foi transmitido que as obras iriam ser efetuadas dentro do primeiro semestre de 2015.

Os citados moradores sabem, igualmente, que o Presidente da Junta de Freguesia, por informação do próprio, tem debatido e solicitado exaustivamente a resolução do problema descrito junto da Presidente e de todo o executivo da Câmara Municipal de Portalegre.

Desta forma e dado que, até ao momento, nada foi feito e uma vez que as ruturas acontecem com bastante frequência, ficando os moradores privados do abastecimento de água a que têm direito, solicita-se que, até à resolução do problema em questão, seja concedida aos mesmos a isenção do pagamento da correspondente fatura da água.

Consideramos que esta medida de compensação é o mínimo que se compete fazer, face ao transtorno que a falta do abastecimento de água causa aos referidos consumidores, dado que:

- Os moradores ficam constantemente privados do uso de um bem essencial à vida humana;
- As ruturas da água já provocaram, por mais que uma vez, inundações em habitações com constrangimentos e custos monetários consideráveis;
- Os moradores vêem-se, constantemente, confrontados com custos acrescidos no seu orçamento para fazer face a reparações de canalização, máquinas de lavar, painéis solares, entre outros, uma vez que os cortes constantes e as areias que entram nas canalizações, após as ruturas, e que vão deteriorando os equipamentos.

Face ao exposto, solicitamos, uma vez mais:

- O apoio de toda a Assembleia Municipal de Portalegre, para que este problema seja resolvido, o mais breve possível;
- A isenção no pagamento da fatura da água até à resolução do problema em questão, por forma a fazer face aos custos com que os moradores se vêm confrontados.

Um muito obrigado por parte de todos os moradores abaixo assinados.”

Dada a palavra à Presidente da Câmara a mesma disse que iria pugnar por acompanhar aquele caso e que embora só recentemente tivesse assumido as funções de Presidente dos SMAT, o que não significava que pusesse de lado a responsabilidade, não conseguia dar ali, concretamente, uma resposta sobre a situação. Contudo, o mais depressa possível, daria uma resposta por escrito aos interessados. Mais disse que a Câmara estava atualmente a proceder a várias intervenções, a nível do saneamento e noutras áreas.-----

Cristóvão Crespo pediu a palavra e perguntou se os vereadores tinham conhecimento do que se passava com a Escola da Praceta e quanto ao abaixo-assinado ali apresentado, deu nota da desresponsabilização da Presidente da Câmara.-----

Hugo Capote solicitou um ponto de ordem à mesa e disse que a intervenção anterior deveria ter sido concretamente sobre o assunto da freguesia da Urra.

A presidente da Mesa disse que tinha razão o membro Hugo Capote e que a intervenção não tinha nada ver com a discussão.

João Janeiro pediu a palavra e foi-lhe dada.

Disse que enquanto cidadão se associava à petição ali entregue. A presidente da Mesa disse que poderia continuar a falar sobre o assunto da água, mas que naquele órgão não era como cidadão que devia intervir mas na qualidade de eleito. Disse então que a Junta de Freguesia da Urra também se tinha associado à petição ali entregue, pela simples razão de que a sede



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da junta estava localizada no Bairro dos Apóstolos e também estava a sofrer os mesmos estrangulamentos que aqueles moradores sofriam nas suas casas, com a rutura da água. Portanto, a Junta também fez questão de assinar a petição. Disse ainda que iria colocar outras questões à Presidente da Câmara, na qualidade de membro da Assembleia.-----

Hugo Capote perguntou se aquilo que os munícipes da Urra tinham pedido relativamente à isenção das taxas, enquanto o problema não estava resolvido podia ser votado pela Assembleia Municipal para o executivo ter em consideração tal pedido.-----

A Presidente da Mesa disse que, do ponto de vista legal, a Assembleia cabia reencaminhar os pedidos dos cidadãos e não deliberar sobre os mesmos.-----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Mesa se podia fazer três intervenções relativamente às questões colocadas pelo público.

Sobre a primeira, do cidadão Alberto Azeitona, disse já não ser a primeira vez que o problema era ali exposto e, da parte dos vereadores do PS, iriam fazer todos os possíveis para ficar resolvido de uma vez por todas, fosse qual fosse a solução técnica necessária. Solicitou também à Presidente da Câmara para que desse uma explicação sobre o que tinha sido feito até agora, naquele assunto em concreto.

Quanto à intervenção do cidadão Fernando Areias, disse estarem em mãos com um problema que já ali tinha sido debatido e gostava de saber, concretamente, em que ponto se encontrava a situação da Escola da Praceta. Estava a Câmara em negociação com a CCDR? É que, há seis meses atrás também já estava em negociação e continuavam sem resposta.

Sobre as questões colocadas pelos cidadãos da freguesia da Urra, disse que como tinha mudado a presidência dos Serviços Municipalizados, seguramente o problema ficaria resolvido porque, como a Presidente da Câmara tinha referido, a própria já tinha tomado nota da questão e pessoas podiam ficar tranquilas da resolução do assunto.-----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, em relação à questão do munícipe Alberto Azeitona, disse que já vem a acompanhá-la há vários anos. O processo já vinha do outro executivo e tinha a ver, essencialmente, com a construção que foi feita ao lado da do senhor Azeitona. O problema era entre particulares, apesar da Câmara ter acompanhado e feito várias vistorias. Acrescentou que aquilo que o senhor Alberto queria era que fosse pedida uma peritagem ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil. No entanto, o laboratório informou que só faria a peritagem se fosse a Câmara a pedi-la. Contudo, salientou que não o podiam fazer enquanto autarquia, pois estaria a intrometer-se em assuntos particulares. Além de que se fosse a Câmara a pedi-la, teria de a pagar. O assunto tem vindo a ser seguido por vários técnicos da Câmara, já foi apreciado pelos Vereadores em inúmeras reuniões de executivo. Aquela questão teria de ser resolvida pelo próprio, porque era entre vizinhos. Entendia que, do ponto de vista técnico, o senhor Azeitona não tinha razão e chamou a atenção de que até o técnico pago pelo proprietário da casa tinha dado razão à Câmara Municipal de Portalegre.-----

Alberto Azeitona quis intervir para voltar a interpelar a Presidente da Câmara, tendo perguntado à mesma quem é que tinha vendido o terreno. Lembrou que o terreno tinha sido vendido a um fiscal da autarquia e as vistorias técnicas tinham sido viciadas. Não se achava no direito de pagar pois já tinha sido bastante lesado.

Pedi também para intervir o cidadão Rui Ramalhete. Disse ter sido o responsável pela maior parte da construção nova em Portalegre e a pessoa que trouxe a maior parte dos construtores imobiliários para cá. E que há cerca de dois anos e meio tinha ido a uma reunião de Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

alertar para o problema das taxas de construção que se estavam a praticar em Portalegre. Naquela altura, em 2014, foi-lhe dito pelo executivo que as mesmas iam ser revistas. Chamou a atenção para o fato da construção estar a recomeçar e para o facto do montante das taxas praticadas ser bastante superior ao dos outros municípios. Concluindo, disse que a maior parte da construção já arrancou no país e aqui nada foi revisto até aos dias de hoje. Disse que atualmente não conseguia trazer sequer um promotor e, pela falta de habitação, começava a verificar-se que em Portalegre não há interesse imobiliário. Perante tal, gostaria de saber qual o ponto de situação que a Câmara tinha quanto à revisão das taxas de reforço de infraestruturas, que estavam mal calculadas. Salientou que não se passava assim nos outros municípios.-----

A Presidente da Câmara disse que o procedimento das taxas estava a ser feito através da CIMAA. Atualmente já estavam na fase final e esperavam concluí-lo brevemente. Estava a falar de todas as taxas do município e que tinham de estar previstas no Código Regulamentar. O procedimento foi lançado através da CIMAA para os 15 Municípios que faziam parte da Comunidade Intermunicipal. Esperava que fosse para breve a aplicação do mesmo.-----

Jorge Isidro disse que já por várias vezes tinha feito intervenções naquele sentido e já tinha colocado ali a questão das taxas e dos valores exorbitantes praticados. Tais valores tinham a ver com o facto de no projeto a taxa que calcula os valores a pagar pelas licenças de construção era dividida por mil, como acontece com a fórmula aplicada em Castelo Branco, por exemplo, e quando foi publicado no Diário da República, em Castelo Branco a divisão manteve-se por mil mas em Portalegre passou a divisão passou a ser por cem. Obviamente que dividir os valores por 100 ou por 1000 é completamente diferente. Não foi por acaso que solicitou há algum tempo que lhe fosse respondido por escrito, em relação ao centro comercial que era para ter sido instalado em Portalegre, qual o valor que o empresário iria pagar de licenças de construção para fazer o investimento; ao que lhe foi dito que como empresário, teria de pagar quase 1.000.000€. Infelizmente, não só aconteceu com aquele empresário como já aconteceu com outros. Acrescentou que já alertou vários empresários e manifestou também ali aquela preocupação.

Em relação ao assunto dos moradores da Urra, percebia-se que a obra já era para ter sido feita em 2015. Já estavam em 2017 e a Presidente da Câmara referiu que os SMAT estavam a preparar a obra, pelo que a pergunta que se colocava era porque é que a obra não avançou.

Quanto ao solicitado pelos moradores para não pagarem as faturas até que a questão fique resolvida, disse partilhar da mesma posição do membro Hugo Capote, no sentido da assembleia poder colaborar na resolução do assunto. Aquele era efetivamente o exemplo de uma necessidade básica para a qual se tinha de olhar com prioridade.-----

Luís Testa, relativamente à questão levantada pelo cidadão Rui Ramalhete, disse que o problema concreto tinha a ver com a aplicação de uma fórmula de uma taxa. Embora a Presidente da Câmara tivesse dito que o assunto não poderia ser despoletado por parte do órgão executivo porque estava em curso um processo de codificação dos regulamentos de todos os Municípios, que estava a ser elaborado pela CIMAA, tal resposta não faz sentido nenhum. Desde logo porque nem todos os municípios tinham aderido àquela nova vaga legislativa e, a seu ver, porque a codificação era tão só a concentração num único Código de diplomas avulsos que tratavam sobre a mesma matéria, tendo em conta a mesma realidade geográfica. Portanto, espantava-o o facto de o Município de Portalegre ter aderido àquela ideia peregrina, apesar da Assembleia Municipal nunca ter sido da situação. Aquilo que a CIMAA tentou fazer foi elaborar regulamentos semelhantes ou iguais para concelhos completamente distintos, aplicando taxas iguais em realidades divergentes. Contudo e em abono da verdade, a codificação, mesmo existindo, em nada implicava com a fórmula de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

cálculo da taxa. Os cidadãos deveriam ficar cientes de que quem tinha poderes e competência para alterar as taxas em vigor, no Município de Portalegre era aquela Assembleia. Mas era necessário conhecer também que a Assembleia Municipal só podia alterar taxas se as mesmas alterações fossem propostas pelo órgão Câmara Municipal e não pela CIMAA. Teria pois de haver necessariamente uma deliberação do executivo a propor a alteração, para depois ir à Assembleia Municipal, para se deliberar em conformidade. Em conclusão, as respostas dadas e a omissão dos procedimentos anteriores só denotam a impreparação da Presidente da Câmara Municipal para lidar com a gestão do Município. A impreparação da Presidente salta também à vista quando não soube responder aos munícipes da Urra, num assunto tão básico da gestão corrente do próprio Município. -----

João Janeiro disse ter ficado admirado com a resposta da Presidente da Câmara quando afirmou desconhecer o assunto, uma vez que a mesma teve reuniões com o executivo da Junta de Freguesia sobre aquele assunto para além dos e-mails sobre o assunto enviados há anos, sempre com conhecimento à Presidente e outras vezes mesmo direcionados à própria, com conhecimento a todos os vereadores. Não compreendia como tal era possível. -----

A Presidente da Câmara interveio e disse que não desconhecia o assunto, mas o ponto da situação, o que era completamente diferente. Como já tinha salientado, o procedimento estava na esfera dos SMAT e não da Câmara. Relativamente ao facto de se estar atualmente a apostar na questão do saneamento, das ETAR`s e de algumas estações elevatórias, aí sim, o assunto já era com a Câmara. Voltou a referir que iria dar uma resposta concreta, por escrito, sobre a questão. -----

João Janeiro voltou a pedir a palavra para dizer que já na última assembleia a tinha questionado sobre o mesmo assunto. O assunto não era novo e se o Eng.º Pinto lhe explicasse, mesmo em dois minutos, a resposta era muito fácil. -----

Jorge Isidro interveio de seguida e disse que uma Presidente de Câmara tem de monitorizar tudo o que se passa dentro da autarquia e como tal não conseguia perceber como é que a se desconhece o ponto de situação de um assunto que pelo menos já se arrasta desde de 2015. Portanto, a situação ou já devia estar resolvida ou, não estando, pelo menos os documentos deviam estar em cima da secretária, com o ponto da situação, com vista à resolução do assunto.

Quanto ao assunto do munícipe Alberto Azeitona, lembrou que o mesmo já tinha ali levado a mesma há alguns meses atrás. Como tal, gostaria de saber se tinha existido alguma resposta, por escrito, ao queixoso. Disse ainda que estava convencido que as pessoas quando iam ali era porque estavam claramente desesperadas e precisavam que as coisas fossem efetivamente resolvidas. Perguntou à Presidente se considerava que havia alguma possibilidade, por parte da Autarquia, de ajudar a resolver o problema. -----

A Presidente da Câmara disse que o munícipe já tinha recebido várias respostas por escrito mas que o mesmo não tinha aceite a proposta. Portanto, que não havia mais nada a fazer. ----

Hugo Capote fez questão de dizer aos munícipes da Urra que, embora o problema já tivesse dois anos e meio, ali tinha sido a primeira vez que o Presidente da Junta tinha falado acerca do mesmo. -----

Período Antes da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Rui Simplício disse que, em seu nome pessoal, gostaria de prestar um reconhecimento público à forma como o Dr. Jorge Mangerona e a Dr.^a Constantina tinham dirigido os trabalhos daquela Assembleia Municipal, pacificando e usando o bom senso, fundamental para que os problemas e as questões ali abordadas tivessem solução.

Disse também que, no geral, as assembleias municipais não estavam a cumprir aquilo a que a Constituição obrigava e que era fiscalizar os órgãos executivos. Portanto, já que tanto se falava em democratização, descentralização e nova legislação nas autarquias, tinha de haver outra fórmula mais eficaz, na função fiscalizar e por isso a necessidade dos partidos políticos estarem representados nos executivos municipais. -----

A Presidente da Mesa agradeceu as palavras de reconhecimento proferidas. -----

Raúl Cordeiro interveio de seguida para trazer à discussão a entrevista dada pela Presidente ao Jornal “i”.

Começou por dizer que queria agradecer à Presidente da Câmara por lhe ter feito um elogio indireto numa entrevista que deu ao jornal “i”, por ter dito que os professores eram bons políticos.

Depois disse que a determinada altura da entrevista a Presidente disse àquele jornal que “os movimentos de cidadãos diferem dos partidos porque dão liberdade às pessoas”, porém nunca o mesmo se viu coartado na sua própria liberdade por estar inserido num partido político e já teve oportunidade, ali na Assembleia, de expressar a sua opinião dizendo que o problema não eram os partidos, mas as pessoas, que quando eram incompetentes, mesmo que saíssem de um continuariam a ser incompetentes. Porém apesar daquelas palavras a atitude da Presidente era completamente incoerente com aquelas afirmações pois na semana a seguir usou o seu poder político para coartar a liberdade de um eleito por um movimento de pelos cidadãos, em sede de executivo. Gostava, pois, que desse uma explicação sobre tal procedimento.

Por último, disse que outra declaração feita pela Presidente da Câmara o tinha deixado sensibilizado, nomeadamente quando referiu que uma das melhores coisas que podia acontecer a Portalegre era que uma das grandes universidades de Lisboa pudesse trazer uma faculdade e milhares de estudantes. Custou-lhe a acreditar no que leu, pois temos em Portalegre ensino superior, temos o Instituto Politécnico. A Presidente devia saber que o caminho a seguir era o fortalecimento do ensino superior e se a situação mencionada pela própria acontecesse mataria completamente o ensino superior, não só cá, como em todo o interior. Solicitou assim que explicasse o que significava daquela afirmação. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, começou a responder pela última questão. Disse que as conversas são contextualizadas e quando falou com a jornalista foi sobre descentralização, que é algo que todos pugnam para que aconteça. A maior parte das entidades estão concentradas em Lisboa e enquanto era entrevistada foi-lhe colocada a questão se de facto ajudaria aos municípios a descentralização, ao que respondeu que alguns ministérios poderiam estar sediados no interior. Contudo, a maior parte das entrevistas não são transcritas no seu todo. Acrescentou que também falou nas faculdades e como exemplo disse que as conhecidas universidades de Oxford, Cambridge, Harvard não se encontravam nas capitais. O que tencionou dizer foi que devia haver coragem para alguém dispersar os serviços e as suas palavras devem ser entendidas naquele contexto. Também não disse que os professores eram os melhores políticos, mas que tinham uma ferramenta importante que era o facto de ensinarem e a forma de o fazerem tinha, efetivamente, influência nas pessoas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à questão do vereador eleito e agora dispensado de funções, salientou que não se podiam confundir as coisas e que no que aquele se refere estava em causa a ética e o respeito. Nunca obrigou ninguém a votar de uma forma ou de outra, nem a pensar da mesma forma como a própria pensava, mas exigia respeito e ética e que não tinha mais nada a dizer sobre aquele assunto. -----

Jorge Isidro disse que concordava com o que a Presidente tinha dito sobre um polo universitário. Aliás quando debateram o desenvolvimento económico, elaborou um documento onde constava uma ideia idêntica, de modo a que Portalegre tivesse um. No entanto, era fundamental apoiar os alunos que cá estavam. Quanto ao condicionamento dos movimentos dos independentes, referiu que também foi eleito pela CLIP e, enquanto deu apoio ao mesmo, confessou sentir-se condicionado nas suas tomadas de decisão e que retirou o seu apoio, entre outras razões, por o tentarem condicionar nas suas posições políticas.

Disse ainda que queria, em seu nome, reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Vereador António Landeiro e toda a sua equipa, enquanto esteve à frente dos SMAT. -----

Luís Testa quis ali deixar claro que nem todos os políticos eram iguais. O próprio não se considerava igual à Presidente da Câmara. Sobre o que a Presidente disse na entrevista sobre os professores quis deixar claro que ao longo da sua vida académica teve inúmeros professores, que o estimularam a criar e pensar pela sua cabeça e a reivindicar as posições em que o próprio acreditava, sem nunca se ter sentido manietado por qualquer interferência de pensamento por parte de um professor seu. Talvez tivesse sido privilégio seu, ter tido bons professores. Por outro lado, depois de ter lido a entrevista da Presidente de Câmara, referiu que a mesma teve oportunidade de evidenciar o que pensava e que, a seu ver, até evidenciou bem, uma vez que a mesma só corroborava as suas posições ali na Assembleia Municipal. Acrescentou que as declarações da Presidente da Câmara eram um ultraje para aqueles que desempenhavam funções em defesa da causa pública e o problema de ter dado uma entrevista daquele género, colocando a tónica no plural, era bem representativo de que confundia o todo com a parte e a parte com o todo. Salientou que não eram todos iguais e que sempre defendeu aquilo em que acredita e continuará a fazê-lo. -----

João Cardoso disse que em termos de ensino superior todos deveriam pugnar pela discriminação positiva e que desvalorizar o que foi dito pela Presidente da Câmara não fazia sentido nenhum. Estava nas mãos daquele governo a revisão dos números, a distribuição de vagas pelo país, onde a grande maioria do ensino era público e 90% das colocações eram feitas em grandes cidades no litoral do país. Todos os que gostavam de viver no interior tinham de lutar para haver mais jovens a estudar cá, reforçando também o papel do Instituto Politécnico de Portalegre, assim como o número de cursos e vagas existentes e fazer, de uma vez por todas, uma discriminação positiva do interior. -----

Raúl Cordeiro disse estarem de acordo com o que disse o membro João Cardoso e lembrou que o governo tinha publicado o despacho de vagas do ensino superior que permitia a todas as instituições do interior aumentarem em 5% o número de vagas em determinadas áreas, tal não era permitido às universidades do litoral, o que poderia beneficiar o interior de norte a sul. Acrescentou que o conceito de “cidade amiga dos estudantes “ era um conceito já desenvolvido numa série de cidades do interior, mas que cá ainda não tínhamos sido capazes de o fazer. -----

João Janeiro pediu a palavra para dizer que gostaria que lhe fossem dadas o mais breve possível as respostas que tinha pedido na última Assembleia à Presidente da Câmara Municipal. Por norma, os Presidentes de Junta não faziam ali intervenções, uma vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

recebiam a correspondência diretamente do executivo, mas como não as tinha obtido tinha que voltar a pedi-las. -----

Dada a palavra a Hugo Capote disse o mesmo que na última semana o país tinha sido assolado com um incêndio de grandes proporções, não muito longe de Portalegre, e que através da comunicação social se sabia que o Instituto Português do Mar e da Atmosfera tinha previsto para aquele fim de semana que esta área do país, pelas condições adversas que se previam, estava colocada em risco de incêndio. Face a tais previsões perguntou à Presidente da Câmara, na sua qualidade de responsável pela proteção civil do concelho se tinha tido conhecimento daquelas condições meteorológicas e se houve alguma reunião com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente com o CODIS, se houve algum planeamento com o comando operacional dos Bombeiros Voluntários de Portalegre e ainda se os sapadores estavam integrados naquela força. Em resumo, pretendia saber se Portalegre estava livre de que uma situação como as registadas pudesse acontecer. -----

A Presidente da Câmara informou que esteve na reunião de apresentação do plano distrital contra incêndios, não só aquando da visita do Secretário de Estado às entidades que fazem parte da proteção civil, assim como mais tarde reuniu com o Diretor-Geral, onde foram apresentados todos os intervenientes no terreno, equipamento, etc. Mais referiu que colocou algumas questões que a preocupavam, quanto aos incêndios mas que era evidente que tinha de se apostar na prevenção. O que também a preocupava era o facto de que há cerca de ano e meio tinham feito uma candidatura ao Ministério das Florestas, relativamente aos sapadores e ainda não tinha obtido resposta. Colocou a pergunta ao Secretário de Estado da Administração Interna, o qual disse que não podia responder porque não tinha competências nessa matéria.

Relativamente ao período crítico de incêndios, disse que acompanhava diariamente o que se passava a nível do território do concelho. Na semana em que ocorreram os graves incêndios, os quais lamentava profundamente, esteve a acompanhar os desenvolvimentos no CDOS e os Sapadores Florestais de Portalegre estiveram em S. Julião a apagar um fogo, além de outros dois incêndios que deflagraram em Nisa e Alpalhão. Contudo, colocaram à disposição um autocarro para levar bombeiros que foram revezar outros em Oleiros. No dia seguinte, os bombeiros que tinham sido revezados ainda foram para Góis. Portanto, era de todo oportuno sublinhar ali o trabalho feito por todos aqueles homens que estavam completamente exaustos. Mais informou que houve ainda outro incêndio em Marvão e cerca de 50 homens deslocaram-se para lá, embora ficassem outros tantos na cidade para manter as condições mínimas de segurança. A questão maior que se colocou tinha a ver com as comunicações e a limpeza das florestas, pela qual todos tinham de pugnar, bem como ser mais exigentes quanto aos particulares que muitas vezes deixavam acumular alguma manta morta. Evidentemente que se tivessem mais meios seria muito melhor. -----

Luís Testa disse que o discurso da Presidente naquela matéria era absolutamente confrangedor, pois o que mais parecia um briefing sobre as manobras do dispositivo tático no terreno, nas últimas semanas. A questão colocada pelo membro da Assembleia foi se o Município de Portalegre estava em condições de garantir se todas as questões relevantes, em termos de proteção civil municipal, eram as adequadas e se havia capacidade de resposta caso houvesse uma ocorrência como as que se verificaram noutros locais. A seu ver, o que a Presidente deveria ter respondido era que dispunha de um plano municipal de proteção civil absolutamente atualizado e adequado. Relembrou que o plano atual não era revisto desde 2014 e, portanto, deveria ser um plano com geometria variável, que se adequasse em função das necessidades do território, obedecendo a um conjunto de alterações, que fizessem a diferença em situações limite. Por exemplo, em termos de disponibilidade do Município, a Presidente não deveria lamentar-se da candidatura que não foi apreciada pelo Ministério da Agricultura e Florestas, mas dar explicações sobre a razão pela qual o Município nunca se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

candidatou a uma Equipa de Intervenção Permanente, sediada nos Bombeiros de Portalegre, a qual, como o próprio nome indica, podia estar em permanência para intervir em caso de incêndio. O Município deveria ser o autor de uma candidatura daquelas, junto do MAI, mas nunca promoveu a mesma.

Portanto, os portalegrenses viviam numa autarquia, de costas voltadas para aquilo que eram os reais problemas da proteção civil. O que era estranho era que, depois de ter acontecido o que aconteceu, aqui tão perto de todos, a Presidente da Câmara não se tivesse disponibilizado para fazer a candidatura para uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP), a qual era simples e nem precisava de preparação prévia. Portanto, das duas uma, a resposta da Presidente ou não ia ao encontro das suas pretensões, ou então era uma absoluta falsidade.-----

A Presidente da Câmara lembrou que a sua resposta sobre o assunto tinha sido pública e tinha sido dada na presença do Secretário de Estado da Administração Interna.-----

Cristóvão Crespo disse que esperava que ali fosse debatido um outro sistema que não funcionou também e que era o da saúde, que tinha falhado em toda a linha. Era grave passar-se ao lado daquilo que tinha sido a atitude do Governo, em relação ao sistema de saúde no distrito, quando o próprio Governo no decreto de execução orçamental tinha referido que na área da saúde tinham de cortar 35%, do orçamento para a contratação de profissionais de saúde. O dispositivo iria assim continuar a falhar em toda a frente. A Presidente da Câmara, quando falou no relatório de atividades municipais, estava a ser benigna quanto àquela situação, porque antes das especialidades tinham ainda o problema das urgências, o qual deveria deixar todos indignados pela redução de 35% na contratação de profissionais de saúde para o SNS.

Por último, salientou que o Governo tinha sido cuidadoso naquela questão para poderem fazer os despachos que queriam, com cerca de 50 páginas e que no Decreto-Lei 55/2017 não era claro o referido corte, havendo depois necessidade de o clarificar, até porque o que tinha força de lei era o decreto-lei de execução orçamental.-----

Hugo Capote referiu que uma coisa eram os sapadores e outra o grupo de intervenção permanente e, que infelizmente, Portalegre era a única capital de distrito que não tinha um grupo de intervenção permanente.

Quanto à Equipa de Autoridade Nacional de Proteção Civil, no distrito de Portalegre não tinha sido testada e houve 16 ignições naquele dia. Felizmente foram controladas na altura.

Outra coisa que não conseguia perceber era o facto de terem 7 sapadores e que estes em vez de estarem na floresta a fazer aceiros e prevenção, andam a limpar os jardins da cidade.-----

A Presidente da Câmara perguntou ao membro Hugo Capote qual tinha sido o jardim onde tinha visto algum sapador a fazer aquele serviço, para esclarecer o assunto.-----

Hugo Capote disse que os viu ao cimo da Av.^a Frei Amador Arrais.-----

A Presidente esclareceu que naquele local foi limpa a tapada, como acontece todos os anos, onde os guardas praticavam exercício e estacionavam.-----

Luís Testa disse que as Equipas de Intervenção Permanente eram objeto de candidaturas municipais e no distrito de Portalegre existiam várias. Portanto, em Portalegre não se entendia porque não foi feita qualquer candidatura. Lembrou que para uma equipa de intervenção permanente ficar atribuída aos BVP, tinham que estar comungadas três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

instituições: o Município, os Bombeiros e a Proteção Civil e que tinha conhecimento de que a Autoridade Nacional de Proteção Civil estava disposta a conceder aos BVP a Equipa de Intervenção Permanente e que os Bombeiros Voluntários ansiavam por uma equipa daquelas, Por isso apenas faltava a vontade do Município, que era quem deveria promover a candidatura. -----

A Presidente da Câmara disse que o membro Luís Testa não ignorava que apenas quatro dos sapadores florestais eram do quadro e os outros três estavam a recibos verdes. Mais disse que era verdade que existiam candidaturas, mas que todo o outro acesso de contratação lhes estava vedado. -----

Luís Testa disse que a Presidente da Câmara desconhecia os instrumentos de gestão municipal, porque para aquela vertente, em concreto, não eram contabilizados os constrangimentos, porque tal era considerado proteção civil de emergência. -----

Cristóvão Crespo pediu a palavra e lembrou que embora a Câmara de Portalegre não tivesse constituído uma equipa de intervenção permanente, existiam outros concelhos no distrito que tiveram interesse, candidataram-se mas não lhes foi atribuída a dita equipa. -----

A Presidente da Câmara informou que a autarquia apresentou publicamente, aquando do plano distrital contra incêndios, vontade de ter aquela equipa. No entanto, os constrangimentos eram outros e o Secretário de Estado ficou de estudar o assunto para darem depois uma resposta concreta. Lembrou que nenhum dos deputados esteve presente. -----

Luís Testa disse não ter sido convocado para a reunião em que se apresentou aquele Plano, logo não tinha que estar presente. No entanto, a Presidente de Câmara tinha aliviado a responsabilidade na matéria, ao ter dito apenas que manifestou interesse na equipa em causa. No seu entender, o que a autarca fez foi manifestar a vontade de completar a equipa de sapadores, que não dependia do Secretário de Estado. Por isso perguntava agora à Presidente da Câmara se existia, efetivamente, algum documento com a candidatura apresentada.

Cristóvão Crespo disse também não ter estado presente na apresentação do plano mencionado pela Presidente, mas reiterava que nem sequer foram convocados. -----

A Presidente da Câmara disse que apenas se tinha referido à ausência do deputado Luís Testa, em virtude de o mesmo ter dito algo que não presenciou. Voltou a dizer que o que tinha feito na presença do Secretário de Estado foi mostrar a preocupação no reforço dos sapadores e também com a Equipa de Intervenção Permanente. Salientou que os “Canarinhos” estavam em Portalegre porque o Município investiu cerca de 300.000€ na zona industrial. Aqueles eram uma equipa de intervenção permanente, sempre pronta a intervir. -----

Luís Testa disse que as palavras da Presidente da Câmara eram confrangedoras. A força especial de Bombeiros, a que a Presidente se referiu como “Os Canarinhos” era um dispositivo profissional que fazia parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil e todos os distritos tinham um de dois dispositivos profissionais: ou Canarinhos ou GIPS (GNR).

Aquela questão não se devia aos méritos do Município, porque o dispositivo nacional consagrava em todos os distritos aquelas duas equipas. O que podia existir e não existe era uma Equipa de Intervenção Permanente, sediada nos Bombeiros Voluntários de determinadas corporações, para as quais os Municípios formalizavam candidaturas. Ora, o que a Presidente disse na sua intervenção foi que os sapadores são uma equipa de intervenção permanente, quando não são uma força nem de combate, nem de emergência, mas sim de prevenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, a Presidente da Câmara o que deveria era formalizar, de uma vez por todas, a candidatura da equipa de intervenção permanente, pela qual os BVP e a Proteção Civil ansiavam há muito tempo, uma vez que tal equipa será, sem dúvida, uma garantia de segurança para todos os cidadãos. -----

Hugo Capote disse ser importante responder à questão fulcral, que era se tinha ou não havido uma candidatura da Câmara, para a constituição daquela equipa de intervenção, pois só o manifestar da vontade não chegava, tinha de existir um processo formal.-----

A Presidente da Câmara informou que foi feita uma candidatura para os Sapadores, porque a Câmara não tem as suas equipas completas, a qual não obteve resposta. A equipa atual tem quatro pessoas no quadro.Quanto à outra questão da EIP, a Câmara, juntamente com o Presidente dos Bombeiros, mostraram interesse em apresentar uma candidatura e o que lhes foi dito foi que nem todos os concelhos eram contemplados. Na altura que colocou a questão ao Secretário de Estado, foi-lhe dito que tinham de ter em conta o excesso de endividamento da Câmara, o Município era penalizado por tal facto, razão também pela qual metade da equipa de Sapadores estar a recibos verdes. Mais disse que se vier a ser excecionado fará imediatamente a proposta e também a alteração orçamental, de modo a que a referida equipa possa formar-se. Quanto à equipa dos “Canarinhos” lembrou que em 2009 e 2010 muitos diziam que a equipa iria para a Ponte de Sôr, uma vez que tinham de estar sediadas nas capitais de distrito, e a autarquia fez o investimento necessário para cá ficarem. -----

Jorge Isidro perguntou à Presidente da Câmara se as questões colocadas ao Secretário de Estado foram verbalmente ou por escrito. Mais perguntou se iria, ou não, formalizar a candidatura para a equipa de intervenção permanente. -----

Hugo Capote disse que ficava ali demonstrado à sociedade presente que a Presidente da Câmara não controlava os assuntos, pois começou por dar uma resposta e acabou noutra. -----

João Janeiro voltou a pedir a palavra para dizer que continuava à espera da resposta da Presidente da Câmara, relativamente ao que ali levou os moradores do Bairro dos Apóstolos.

A Presidente da Câmara disse que como já tinha dito anteriormente, de facto, não estava por dentro da informação concreta. Portanto, iria passar a palavra ao Vereador Landeiro, para mais explicações. -----

António Landeiro disse que tinha havido certos dados que não estavam completamente corretos. Em 2014 foi inscrito no plano plurianual uma intervenção na freguesia da Urra, na Rua da Amoreira e na Rua de Portalegre, porque segundo os serviços dos SMAT era a intervenção mais pertinente e segundo o levantamento que estava feito, a intervenção era na ordem dos 45.000€. A verba inscrita foi de cerca de 18.000€ e disso foi dado conhecimento ao Presidente da Junta da Urra. No segundo semestre de 2015 houve a possibilidade de fazer a intervenção por administração direta. No entanto, o que aconteceu foi que a equipa de intervenção dos SMAT teve de resolver outros problemas prementes na freguesia de Alegrete, onde havia ruturas diárias. Por isso já não foi possível em 2015, intervir na Urra, embora continuasse no plano plurianual para 2016 e 2017. Salientou que nunca esteve prevista qualquer intervenção no Bairro dos Apóstolos, porque era bastante cara (45000€ - 55000€) e não havia dinheiro suficiente para ser realizada. Consultando os orçamentos e o respetivo plano plurianual, onde se manifestam as intenções de proceder às obras, poderia confirmar-se tal facto. Entretanto, já em 2017, houve necessidade de fazer alterações ao orçamento, porque os SMAT receberam o orçamento e havia uma obra que estava pronta a arrancar e que eram as condutas da zona industrial, mas depois foi necessário efetuar um levantamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

topográfico e introduzir condutas de saneamento, o que aumentou substancialmente o valor da obra, obrigando a alterar o orçamento (16.000€). Portanto, os valores destinados à Rua da Amoreira e Rua de Portalegre passaram para aquela parte da zona industrial. Mais disse que, na sua opinião, não havia tantas ruturas no Bairro dos Apóstolos que justificassem a urgência, face ao cenário de todas as ruturas existentes no concelho.

João Janeiro disse estar admirado com certas atitudes e até parecia que o vereador Landeiro já nem se recordava das reuniões ocorridas com o seu executivo e de que no início do semestre tinha anunciado o início das obras no Bairro em questão. Mais salientou que da última vez que perguntou ao Eng.º Rui Pinto sobre o começo das obras, o mesmo lhe disse que não era ele que mandava, apenas executava. Por isso era lamentável o que ali estava a ouvir de que nunca antes se tinha falado naquela obra, quando o próprio enviou um email para o executivo camarário sobre o assunto, em agosto de 2016.

Terminada a discussão destas questões municipais, João Cardoso disse que a CLIP queria apresentar um voto de pesar, relativo aos incêndios ocorridos recentemente:

Voto de pesar e solidariedade - CLIP

“A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2017, dirige o seu voto de profundo pesar a todos os familiares e amigos das vítimas do trágico incêndio que afetou, recentemente, os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Góis, Ansiães e Alvaiázere, tirando a vida a vida a 64 pessoas.

Presta ainda homenagem a todos os que se empenharam no combate às chamas e auxiliaram no esforço de socorro às vítimas, destacando o importante papel dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, bem como manifesta a sua solidariedade para com as populações, afetadas por tão grande tragédia.”

Jorge Isidro disse que a solidariedade demonstrava-se também com atos. Portanto, disponibilizava a verba que tinha a receber daquela assembleia para entregar ao povo que tanto sofreu com os incêndios, convidando todos os membros a fazerem o mesmo. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o voto de pesar.

José Barradas, em nome da bancada CLIP, pediu à mesa para apresentar outro voto de pesar:

Voto de pesar - CLIP

“Maria Emília Filomena Pacheco, Professora de Português e Francês na Escola Secundária de S. Lourenço, onde também exerceu cargos diretivos, mas também empenhada participante do Orfeão de Portalegre e em muitas tertúlias da nossa cidade onde encantava com a sua voz, mas essencialmente pela sua simpatia.

Portalegre guarda na memória o seu sorriso aberto e contagiante e a sua alegria de viver.

Deixou-nos prematuramente no passado dia 21 de junho, ficando Portalegre, todos os seus familiares e amigos mais pobres.

Propomos que este voto seja enviado à sua família, apresentando sinceros votos de condolências.”

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o voto de pesar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Encerrado o período de “Antes da Ordem do Dia” passou-se então ao período da “Ordem do Dia.

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Raúl Cordeiro interveio para dizer que ficou surpreendido pelo facto de a primeira parte do relatório da atividade municipal ser uma cópia do anteriormente ali apresentado. Na verdade, e por exemplo sobre a reunião com Conselho de Administração da ULSNA ficava-se com a sensação de que a Presidente da Autarquia tinha reunido duas vezes, se comparados os relatórios, com o Conselho de Administração, mas afinal o atual relatório é uma cópia do anterior. Ainda assim perguntava quais tinham sido as principais dificuldades que a administração da ULSNA lhe tinha expressado. Perguntou também qual era o âmbito da cedência da Quinta do Bonfim à APPACDM, para implementar uma valência de saúde mental, lembrando que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental não estava concretizada, embora estivesse legislada. Relativamente ao apoio na área do desporto, perguntou à Presidente como é que em apenas três meses os resultados permanentes tinham passado a excelentes. Quanto às obras, voltou a referir que a primeira parte era uma repetição do relatório anterior e que este se repetia em inúmeros pontos. Pretendia também saber porque

é que a versão do Plano Municipal de Defesa da Floresta que estava disponível no site do Município era ainda a relativo a 2014, e se era verdade que atualmente não existia um registo fidedigno sobre a área ocupada pelas espécies no Parque Natural da Serra de S. Mamede, em termos cartográficos e se a Câmara era sensível àquela questão. -----

Em resposta as questões colocadas, a Presidente da Câmara, disse que a Quinta do Bonfim, que era necessária para a área da saúde mental e não da deficiência mental. Aquilo a que a APPACDM se propôs foi separar aquelas pessoas que estavam a viver juntamente, com outras de diferentes patologias. Naquele sentido foi feito um pedido à Secretaria de Estado e à ULSNA, que foram sensíveis à questão e a Câmara aparecia ali porque a Quinta só poderia ser entregue à Autarquia que, por sua vez, a cederia à Associação, durante um determinado período.

Quanto à questão do desporto, referiu que ocorreram vários eventos nos últimos tempos, como o Ultra Trail, o BTT que foram considerados, por todos, de excelência. Relativamente à questão do Plano Municipal das Florestas, do Plano Contra Incêndios e do Plano Diretor Municipal disse que para fazer o Plano Distrital contra Incêndios foi necessário ter o Plano Diretor Municipal devidamente atualizado. Portanto, teria de averiguar se estava regularizado no site. -----

Ainda sobre à reunião com a administração da ULSNA, Hugo Capote, disse gostar de ter da parte da Presidente uma explicação mais detalhada sobre o assunto da falta de médicos especialistas e também da intenção do município de fornecer casas de função para a sua fixação no concelho.

A Presidente da Câmara disse que perante a dificuldade em fixar cá mais especialistas, tinham de tornar a região atrativa e, nesse sentido, a ULSNA havia pedido ajuda à Autarquia. A Câmara estava atualmente a iniciar a intervenção em algumas casas, requalificando as que estavam devolutas e algumas dessas poderão vir a ser disponibilizadas aos médicos que para cá viessem. Discutiram-se, inclusive, quais as especialidades em que havia mais défice, bem como, a, nível de medicina geral e familiar, a questão de algumas freguesias terem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dificuldade em ter médico de família. Foram abordadas várias questões, como a do próprio Hospital em si, aquilo que deve ser o Hospital de Portalegre. A reunião foi pedida pela Câmara e quanto ao que constava no relatório explicou que não foi nenhuma repetição mas por ter sido numa altura de transição entre as duas administrações entendeu ser relevante colocar o assunto dada a sua importância.

Terminadas as intervenções sobre o relatório municipal a Presidente da Mesa disse que para além dos pontos constantes da Ordem do Dia, que de seguida iriam começar a apreciar, tinha em seu poder quatro outros assuntos, cujos temas, nomeadamente, (i) 2.ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2017 da Câmara Municipal de Portalegre; (ii) Contratação pública / prestações de serviços / repartição de encargos; (iii) Contrato Programa entre o Município e a Fundação Robinson e parecer jurídico da Sociedade de Advogados Cuatrecasas; (iv) Prestação de contas consolidadas de 2016 e certificação legal das contas, que

caso fossem considerados urgentes, por dois terços dos membros presentes poderiam vir a ser incluídos na discussão e votação na presente sessão. Por isso antes de prosseguir gostava de ouvir o Plenário sobre a sua inclusão

Rui Simplício disse terem uma convocatória feita nos termos legais, pese embora a Assembleia pudesse incluir nos trabalhos aquelas alterações, mas só depois daqueles pontos estarem discutidos. Todavia, votaria contra a sua inclusão, porque havia temas que não tinham de ser discutidos naquela sessão e ausentar-se-ia depois do ponto 8 da ordem de trabalhos. -----

Cristóvão Crespo disse que deveriam apreciar cada um das questões individualmente, em termos da respetiva urgência.

A Presidente da mesa informou, então, que iria seguir a ordem de trabalhos e que depois do ponto 8, se votaria, então, a inclusão dos quatro pontos, um a um.

2 - Ata n.º 26, relativa à reunião ordinária realizada em 28 de abril de 2017;

João Janeiro disse que na página 10, no ponto 6, onde se lia: "...a área exata da habitação, através dos serviços técnicos da Câmara...", pediu que ficasse: "... foi pedido aos serviços técnicos da Câmara que fizessem a demarcação da área respeitante ao logradouro do prédio que era propriedade da Junta de Freguesia da Urra.-----

A ata 26 foi colocada a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções (José Barradas, Luís Belinho e Sílvia Relvas), em 28 presenças, aprovar a ata n.º 26, de 28 de abril.-----

3 - Homenagem a Manuel Picarra;

- Deliberação de 02.05.2017 -

Dada a palavra ao Plenário não houve intervenções. A deliberação foi colocada a votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade com 25 votos a favor, aprovar a referida homenagem.-----

4 - Plano de Pormenor da Av.^a do Brasil em Portalegre - 7.^a alteração - Lotes 23, 24 e 25;
- Deliberação de 15.05.2017 -

Perguntado ao Plenário se havia intervenções sobre o objeto do ponto não se registaram quaisquer inscrições. O ponto foi colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 25 votos a favor, aprovar a alteração do Plano de Pormenor.-----

5 - Abertura de procedimento - Ajuste direto para “ Fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal - Compromisso Plurianual;
- Deliberação de 29.05.2017 -

Perguntado novamente ao Plenário se havia intervenções sobre o objeto do ponto não se registaram quaisquer inscrições. O ponto foi colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 25 votos a favor, aprovar a abertura do procedimento.-----

6 - Abertura de procedimento - Ajuste direto para aquisição de serviços de controlo analítico da qualidade da água e efluentes - Compromisso plurianual;
- Deliberação de 29.05.2017 -

Devolvida a palavra ao Plenário, Hugo Capote interveio e perguntou ao executivo se nunca tinha ponderado que aquele controlo analítico pudesse ser feito, ou pelo Instituto Politécnico, ou pelos Serviços de Saúde Pública integrados na Unidade Local de saúde, porque os mesmos tinham capacidade para tal.-----

A Presidente da Câmara disse ser pertinente a questão. No entanto o procedimento tinha sido feito através de uma candidatura da CIMAA. Tinha dúvida se, em termos de saúde pública, as bacteriológicas seriam feitas, pois nas físicas tinham dificuldade. Contudo, iria averiguar melhor, pois fazia todo o sentido.-----

Raúl Cordeiro disse ter percebido que aquela era uma contratualização feita no âmbito da CIMAA e que provavelmente tornaria os preços mais baratos. Achou curioso o modelo da entidade a quem tinha sido adjudicado o serviço (CESAB), que era uma associação sem fins lucrativos de direito privado, a qual reunia Municípios do centro do país mas também outras entidades. Mas o que gostaria mais de ter ouvido era que o Município de Portalegre tinha sido protagonista da ideia de ter criado uma associação daquele tipo, reunindo o saber técnico da região, para que ele próprio fornecesse os serviços e o dinheiro ficasse por cá.-----
-

Hugo Capote perguntou se não seria possível reverter o procedimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse não tinha a certeza que tal fosse possível e referiu que se tratava de um concurso público, em que os laboratórios tinham de ser certificados. Tinha sido lançado pela CIMAA para todos os Municípios e lamentava que não se tivesse pensado de outra forma. Contudo, se o laboratório do Politécnico fosse credenciado também podia ter concorrido, visto tratar-se de uma plataforma pública.-----

Diogo Júlio disse que seria mais ajuizado não se votar o ponto e averiguar se o controlo podia ser feito cá.-----

João Cardoso disse que também entendia que poderia ser o Instituto Politécnico a prestar o serviço e seria bom que estivesse certificado para tal. No entanto, a hipótese teria de ser analisada e, atualmente, o assunto era por demais importante para que não se avançasse com a solução que tinham em mãos.-----

Hugo Capote disse que quem o tinha informado, pessoalmente, da possibilidade de o Politécnico fazer aquele tipo de serviços tinha sido o Presidente do mesmo, Joaquim Mourato. Evidentemente que o Politécnico, por si só, não poderia concorrer pois tinha de ter uma empresa formada. Todavia, salientou que a questão do desenvolvimento do ensino superior na região, já ali falada, tinha precisamente a ver com situações daquelas e era por ali que deveria entrar a Autarquia, não no final do mandato quando um membro da Assembleia Municipal se lembra que há serviços que podem ser cá feitos. Este é só mais um exemplo da falta de estratégia da Presidente. Mais disse que o grupo da CDU não estava ali para fazer papel de corpo presente e que se o executivo entendesse que era preferível avançar para outras soluções, a CDU votava contra. Esta questão deveria funcionar como exemplo para que a Câmara Municipal funcionasse como motor e obrigasse a CIMAA a vislumbrar outras possibilidades. Portalegre tinha meios para fazer aquele controlo cá, portanto era necessário dialogar e resolver os assuntos pelo melhor, chamando a atenção para o facto de que se o contrato em causa fosse assinado a empresa ficará quatro anos a prestar o serviço, renovável por mais quatro.-----

Luís Testa disse que, uma vez mais, estava demonstrada a falta de capacidade de liderança do maior Município do Distrito, até porque não se podia pedir ao Município de Alter ou de Fronteira que liderasse um processo daqueles. Chegava de novo à conclusão a gestão destes assuntos é feita numa perspetiva meramente economicista, pelo preço mais barato da análise. No entanto, se a análise fosse um pouco mais cara, mas que possibilitasse a criação de alguns postos de trabalho no Distrito de Portalegre, então o preço mais caro era compensado pela fixação de pessoas. Portanto, não se podia estar o tempo todo a reivindicar que outros trouxessem para cá polos de interesse, quando depois tinham ferramentas em mão que não se utilizavam. Politicamente, o PS não podia votar a favor daquilo-----

A Presidente da Câmara lamentou o facto de não se ter apercebido daquilo, pois foi a reunião de Câmara e foi votado por unanimidade. Portanto, estavam lá as outras forças políticas. Pura e simplesmente, tinha passado ao lado. Acrescentou que em termos de contratação pública, não percebia como é que num concurso se podia decidir por alguém que apresentava um preço mais elevado, pois tinha de escolher sempre a proposta que apresentasse um preço inferior, caso contrário seria ilegal.-----

Luís Testa disse que a deliberação da Câmara dizia o seguinte: “A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento/ajuste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

direto”, ou seja, o valor da contratação pública do Município de Portalegre permitia o ajuste direto, tal como em todos os outros Municípios. Portanto, seria uma questão de todos os Municípios se concertarem, liderados por Portalegre, para constituir um laboratório que permitisse preços onde os Municípios pudessem ir com ajuste direto e esta seria uma forma de proteção do nosso território. Temia que os outros territórios andassem a promover formas de proteção do território e que Portalegre não fizesse o mesmo.-----
-

A Presidente da Câmara lembrou tratar-se de ajuste direto de quem tinha ganho no âmbito da CIMAA, cujo valor era muito superior.-----
-

João Janeiro disse que o próprio Presidente do IPP tinha comentado aquela situação e salientou que o Instituto tinha capacidade para fazer o serviço. Não sabia se estaria certificado ou não, mas concordava que deveriam ficar cá tais serviços.-----

A Presidente da Câmara chamou a atenção para o facto de que a ULSNA não tinha certificação para fazer as análises com os parâmetros exigidos por lei para uma empresa de distribuição de águas.-----

Hugo Capote disse que a CDU manifestava a sua forte vontade e contributo para que, dentro das possibilidades locais, a CIMAA encontrasse uma solução para este problema e se fosse possível o ideal seria resolvê-lo dentro do quadro do Instituto Politécnico ou da Unidade Local de Saúde. Não achavam que houvesse qualquer problema de saúde pública e queriam com aquilo tranquilizar os habitantes de Portalegre, podendo continuar a usufruir da água fornecida.-----

Concluída a discussão e não tendo sido retirado o ponto foi o mesmo colocado a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos contra (8-PS; 4-CDU e Artur Correia, João Janeiro e Cristóvão Crespo), 11 a favor (CLIP), em 26 presenças, não aprovar a deliberação submetida.-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“O PS opõe-se a que o Município de Portalegre não promova uma estratégia liderante, no sentido de promover polos de fixação de pessoas, know how, conhecimento e tecnologia no distrito. Ao município de Portalegre caberia este papel legado para outros municípios que não deste distrito, pelo próprio município de Portalegre.

Nesse sentido, não podemos ter outra posição que não a forte oposição a que os responsáveis autárquicos executivos deste Município não encontrem estratégias que sejam portadoras do desenvolvimento do território, delegando noutros territórios essa possibilidade.”-----

A Presidente da Câmara lembrou que não tinha qualquer influência sobre a CIMAA. Portanto, o procedimento saía da CIMAA e a CIMAA continuava com o procedimento deles.-----

Declaração de voto - PSD (Cristóvão Crespo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“O voto contra do representante do PSD é no sentido em que, não se concede que existindo capacidade técnica instalada no concelho, não sejam criadas condições exatamente no final até poderia não ser essa entidade a desenvolver o serviço, mas que não sejam criadas condições para que de facto isso possa acontecer e existir uma entidade sediada no concelho e na região que possa prestar este tipo de serviços.”

Declaração de voto - CLIP (João Janeiro)

“Eu também votei contra porque fiquei com a sensação, pela informação que me foi prestada, que era possível fazer estas análises em Portalegre. Provavelmente até poderá não ser correta a informação, mas a decisão é esta.”

7 - Anulação do procedimento - Concurso público - Fornecimento de energia elétrica às instalações do município;

- Deliberação de 23.01.2017 -

A Presidente da Mesa perguntou se o Plenário queria apreciar conjuntamente os pontos 7 e 8 e votá-los em separado já que se tratava da anulação de um procedimento e da abertura de outro, com o mesmo objeto, em virtude daquela anulação.-----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Camara se a anulação estava relacionada com a exclusão de um concorrente.-----

O Vereador Nuno Santana explicou que o concurso teve de ser anulado por exclusão dos concorrentes que vieram acima dos valores base. Portanto, havia ainda o procedimento da CIMAA, no qual decorria o acordo quadro e sabiam com o que contavam. Entretanto, iriam lançar outro procedimento para saber se conseguiam melhores valores.-----

Não houve mais intervenções . O ponto 7 foi colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 26 votos a favor, aprovar a anulação do procedimento.-----

-

8 - Abertura de procedimento - Concurso público - Fornecimento de energia elétrica às instalações do Município;

- Deliberação de 26.06.2017 -

Devolvida a palavra ao Plenário não houve intervenções. O ponto foi colocado a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 26 votos a favor, aprovar a abertura do procedimento.-----

Matéria fora da ordem do dia

Como já havia dito sumariamente no início da sessão, a Presidente da Mesa informou os membros da Assembleia que já depois da convocatória ter sido enviada lhe tinham chegado as deliberações e documentos que tinha em seu poder relativamente a quatro assuntos. Como já se acordara iria colocar a sua inclusão a votação nos termos referidos, isto é para se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reconhecer a urgência e ver se estão recolhidos os dois terços de votos.-----

1 - 2.ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2017 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação de 26.06.2017-

Previamente à inclusão dos pontos, Hugo capote solicitou uma explicação acerca da urgência dos pontos, perguntando à Presidente de Camara se fazia diferença se os mesmos fossem votados na próxima sessão.-----

A Presidente da Câmara referiu que o saldo da gerência poderia ser discutido dali a dois meses, mas a revisão orçamental era urgente pois tinha a ver com uma candidatura e implicava prazos a cumprir, além de que se tratava de um assunto de saúde pública (ETAR do Reguengo) e seria pertinente avançar quanto antes.-----

Luís Testa disse que sendo aquela Assembleia Municipal ordinária e portanto de realização obrigatória era de estranhar que o órgão executivo invocasse uma urgência que não tinha sido devidamente acautelada, nem comunicada aos membros em tempo útil. Uma vez mais, a Presidente servia-se da Câmara Municipal para ratificar decisões dela própria e, aparentemente, também já tinha passado aquele procedimento para a Assembleia Municipal. Mais referiu que a candidatura não ficaria prejudicada, uma vez que era intenção da Presidente da Assembleia marcar uma sessão extraordinária e que nessa sessão se poderia contemplar aquele ponto.-----

João Cardoso perguntou qual era o prejuízo de se votar naquela sessão aquele ponto. Ou seria preferível ficarem pelo preceituado das regras em detrimento dos benefícios para a população.

Luís Testa disse que aquele era o grande argumento quando se queria fazer aprovar circunstancialismos que não cumpriam os requisitos. Acrescentou que os requisitos formais existiam para defender as populações, pois era direito dos representantes das populações conhecerem atempadamente os pontos que iam à discussão. E perguntou se ficaria prejudicada a candidatura se aquele ponto fosse discutido na anunciada assembleia extraordinária que era intenção da Presidente da Assembleia marcar.-----

A Presidente da Mesa disse que era a Senhora Presidente da camara quem poderia responder se ficaria prejudicada a candidatura, não sendo aprovada a introdução do ponto e o mesmo for votado noutra sessão, posteriormente. -----

A Presidente da Câmara disse já ali ter referido que as candidaturas têm estado muito atrasadas e, portanto, não tinha só a ver com o executivo camarário, tinha a ver também com a própria candidatura. Portanto, obviamente que quanto mais depressa avançassem melhor. O que acontecia era que estava previsto no ano de 2017 fazer-se a obra na totalidade. A aprovação da candidatura só tinha vindo agora e tinham que prever uma parte agora e outra parte em 2018. Como era plurianual teria que ir à Assembleia. Quando fosse para o Tribunal de Contas, tinha que ir como plurianual. Agora estava prevista no orçamento. De facto, não foi por causa da Câmara Municipal que a mesma não foi aceite, tinha a ver com quem decidia e eles não eram os decisores, relativamente à candidatura. A mesma chegou já muito tarde à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

câmara e, portanto, tinham consciência que ela não se vai realizar na totalidade e que era necessário fazer provisão para o ano 2018. Portanto, estava nas mãos de todos.-----

Hugo Capote disse que a CDU era sensível ao argumento da candidatura. Todavia percebe-se que durante os quatro anos houve um desrespeito reiterado dos prazos no envio dos documentos à Assembleia, por parte da Câmara. De qualquer forma, a população do Reguengo não tinha culpa e votariam a favor da introdução do ponto. -----

Foi colocado à votação a inclusão e a votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor incluir o assunto para deliberação. No que respeita à votação do mesmo foi aprovado por maioria com 25 votos a favor e uma abstenção do PSD.

Passando ao assunto seguinte, a Presidente da Mesa disse que ia colocar a votação a inclusão do mesmo acrescentando que estavam em causa cinco prestações de serviço, que não faziam parte do plano plurianual, mas como tinham encargos plurianuais, portanto para além de 2017, careciam da aprovação da Assembleia. Mais disse que tinham sido votadas por unanimidade na Câmara.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, com uma abstenção PSD aprovar a introdução do 2.º ponto fora de ordem. Deliberou igualmente aprovar por maioria ...

2 - Contratação pública / prestações de serviços / repartição de encargos;
- Deliberação de 26.06.2017-

A Presidente da Mesa disse que de seguida iria colocar à votação a inclusão do contrato Programa entre o Município e a Fundação Robinson e do parecer jurídico que o acompanhava, sendo que para votação era apenas o primeiro e o segundo para conhecimento. Bem como a deliberação para conhecimento

Devolveu a palavra ao plenário para intervenções. -----

3 - Contrato programa entre o Município e a Fundação Robinson e parecer jurídico da sociedade de advogados Cuatrecasas;
- Deliberações de 26.06.2017 -

Hugo Capote pediu a palavra para dizer sobre a questão da urgência que como tinha que haver uma assembleia extraordinária para se debater Almaraz, tal como ali se tinha decidido por unanimidade podia falar-se na mesma sobre a Fundação Robinson. -----

A Presidente da Mesa disse, a propósito, que era sua intenção caso tal proposta reunisse consenso era fazer a sessão extraordinária de Almaraz a uma segunda-feira, começar às 18:00 horas, fazer um intervalo por volta das 20.00 e depois retomar a sessão para se discutir a Fundação. Todavia, se e a sua proposta não reunir consenso far-se-ia apenas a sessão extraordinária sobre Almaraz, na primeira quinzena de julho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara pediu a palavra para lembrar que aquele contrato programa tinha a ver com o funcionamento da Fundação e, portanto, com funcionários e vencimentos.-----

Diogo Júlio disse que se não tinham aprovado nos primeiros meses de 2017 também poderiam esperar mais 14 dias para poderem discutir o assunto. Porém sempre defendeu a aprovação do contrato programa. -----

Luís Testa achava que havia um consenso generalizado em torno da proposta da Presidente da Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Assembleia disse que quando propôs juntar na mesma sessão Almaraze a Fundação não era sua intenção propor que o contrato programa fosse discutido naquela altura, porque esperava que o assunto fosse ali, eventualmente, votado.

A Presidente da Câmara disse que aquela data já não havia para este mês.

Hugo Capote salientou que o contrato programa que ali era apresentado dizia que já foram adiantadas duas parcelas: uma de 13.500€ recebidos no dia 26 de janeiro de 2017 e outra de 16.500€ no dia 16 de fevereiro. Portanto, a Presidente podia fazer o que já tinha feito, adiantar mais 10.000€ para pagar salários.-----

A Presidente da Câmara referiu que havia outros compromissos: a segurança social, as finanças e que da outra vez tinham verba suficiente, e agora não tinham.

E disse que o Contrato Programa não foi ali mais cedo foi porque, de facto, o contrato programa lhe tinha chegado às mãos no final da semana anterior. Portanto, a Câmara não podia fazer mais nada senão levá-lo à reunião seguinte, que foi na passada segunda-feira.-----

Luís Testa disse que estavam a discutir duas coisas completamente distintas: uma coisa era o contrato que ali seria apresentado o qual não promovia uma dotação financeira especial no município, ujo cabimento se repercuta numa transferência para a fundação Robinson. Aquela verba estava cabimentada, existia disponibilidade financeira por parte do município ara deliberar, em sede de reunião de câmara, aquela transferência, a título de adiantamento.

Já tinham sido duas e poderiam ser três parcelas de adiantamento. Mais disse que tinham tempo suficiente para estudar o protocolo e em vez de dizerem que foram adiantadas duas tranches, passariam a dizer que foram adiantadas três tranches e daqui a 15 dias, com a benevolência necessária, discutiriam o protocolo, juntamente com os demais assuntos relativos à fundação Robinson. Salientou que a discussão que será promovida em torno da fundação Robinson poderá permitir alterações ao próprio protocolo; alterações que bem podem ser propostas no momento, se todos os vereadores tiverem presente e de acordo. O PS faria o possível sempre para que os seus vereadores estivessem presentes. Portanto, estamos disponíveis para fazer a discussão de forma serena atempada e a bem, quer do município, quer da Fundação.-----

A Presidente da mesa disse haver ali uma questão que era no protocolo não podia dizer-se: duas tranches já passadas ou três tranches já passadas, porque depois precisaria de ir à reunião de Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O protocolo já tinha ido a reunião de câmara e colheu votação. Portanto, ou se recolhia as sensibilidades todos os membros sobre o eventual sentido da inclusão do ponto e ninguém ficava com o ónus da não aprovação, porque para o Contrato Programa ser incluído na votação e aprovado precisam de ter 18 votos a favor. Gostaria, por isso, de ouvir a sensibilidade do PSD sobre o assunto. -----

Cristóvão Crespo disse que fazia todo o sentido que existindo uma Assembleia Municipal extraordinária prevista que o assunto fosse lá discutido. -----

João Cardoso solicitou à Presidente se podia suspender a reunião para tentar encontrar um entendimento. -----

A Presidente da Mesa disse que concedia a interrupção e que sendo assim fariam um intervalo de 10 minutos. -----

Retomados os trabalhos perguntou se havia ou não consenso sobre a inclusão do ponto. Não existindo teria que colocar mesmo a votação a sua inclusão.

Contados os membros na sala estavam presentes 26 membros. Votada a sua inclusão o resultado foi de 13 votos contra, o que significava que não estavam reunidos os dois terços para a inclusão do ponto. Assim sendo o Contrato Programa seria discutido na próxima sessão extraordinária, na primeira quinzena de julho.

A Presidente da Câmara disse que a questão do saneamento financeiro não poderia ser só naquela altura. Portanto, ela tinha que ser antes, ou então fazia-se outra reunião extraordinária só para a reestruturação do saneamento financeiro, pois o prazo terminava dia 14 e o que acontecia era que ainda tinha de ir à reunião de Câmara e a seguir tinha de ir à Assembleia Municipal. Não podiam esperar pela assembleia de setembro porque, no caso do Tribunal de Contas, tinham tem prazos para enviar. Perguntou se poderia ser no final de julho? -----

A Presidente da mesa propôs que ficasse para a semana seguinte, 24 de julho. É uma segunda feira. E na extraordinária discutiriam então a Robinson, Almaraz e o saneamento financeiro. Mais disse que tinham de começar cedo, às 18 horas, com sessão contínua. Iriam passar à votação da inclusão das contas consolidadas.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto.-----

4 - Prestação de contas consolidadas de 2016 e certificação legal das contas. - Deliberação de 26.06.2017-

José Serafim, relativamente àquele ponto, recordou que na última sessão da Assembleia Municipal em que foram ali apreciadas as contas individuais do município, começou por ser referido que vão receber a referida a existência de reservas por parte da certificação legal de contas, em relação às mesmas. Constatou que a opinião da certificação legal de contas efetivamente não continha qualquer tipo de reserva apenas uma ênfase de caráter positivo, uma vez que referia a existência de um excesso de endividamento, mas ainda assim inferior em cerca de 6.500.000 e meio de euros relativamente ao chefe verificado no exercício



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

anterior. Foi depois então referido que, afinal as reservas existentes e significativas, seriam não relativamente às contas individuais do município, mas sim às contas das entidades participadas. Portanto, no momento em que iam à discussão e aprovação as contas consolidadas com a inclusão das entidades participadas, gostava que ficasse registado qual o teor da opinião de certificação legal de contas, incluindo a apreciação de todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais a posição financeira consolidada do município em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo. O relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante era coerente com as demonstrações financeiras auditadas não tendo sido identificadas que incorreções materiais. De forma reiterada, ao longo dos vários anos em que esta assembleia foi reunindo. Foram sistematicamente salientadas as ressalvas e as referências mais ou menos explícitas, quanto a situações de ilegalidade de incumprimento de contas que não refletiriam a realidade económica e financeira do município. Era importante que ficasse claro e de uma vez por todas, ou se acreditava na certificação legal de contas ou então colocavam em causa a empresa que faz a certificação legal de contas. Uma mentira repetida até à exaustão não se podia transformar em verdade. Por último, uma segunda nota era que já ali se referiu que à assembleia cabia fiscalizar o órgão executivo e que muitas vezes se sentia capacidade de fazer essa essa fiscalização. Estavam perante um documento de prestação de contas e, sinceramente, estranhou muito pelo facto de, na última assembleia aquando da apresentação das contas individuais do município as mesmas não terem merecido qualquer tipo de observação, questão ou comentário e, aparentemente, iria passar-se o mesmo relativamente àquelas contas. Portanto, não quis deixar de manifestar a estranheza pelo facto de, ao longo dos quase quatro anos, a assembleia ter perdido horas e horas em discussões completamente estéreis e inúteis, e depois perante um documento que era um documento de prestação de contas do órgão executivo, não se registar qualquer tipo de comentário. Portanto, a ilação que retirava era de que, não obstante as críticas relativamente à má gestão, tais críticas depois não encontravam eco nos documentos apresentados, os quais acabavam por não merecer nenhuma crítica em concreto e, portanto, a argumentação sobre a possível existência de ilegalidades e de incumprimentos continuava a ser sustentada com base em argumentos vazios e, portanto, não sustentados.-----

Hugo Capote disse que não tinham inventado nada e que as ressalvas já estavam lá. No entanto, o membro Miguel Serafim não tinha tido o cuidado de clamar com a mesma eloquência pelas ressalvas que foram nos outros relatórios e que todos ali leram. Ninguém inventou nada e tanto assim foi que a assembleia funcionou, fiscalizou-se a atividade do perímetro orçamental que se foi consolidando, naquele executivo.-----

Miguel Serafim, sem querer entrar em diálogos estéreis, e relativamente ao primeiro ponto sobre a existência de relatórios onde as ditas ressalvas eram evidentes, disse que gostava de os ver em relação ao perímetro de consolidação, em relação aos relatórios da certificação legal de contas. Tinham presentes as situações relativamente ao mercado e sobre quais as ressalvas, relativamente à fundação, mas dali a falar-se em ilegalidades e incumprimentos. Referiu várias vezes as palavras ilegalidades e incumprimentos e que não eram constatáveis pela certificação legal de contas qualquer ilegalidade ou incumprimento. Salientou que não disse que a presença na assembleia que a Assembleia era estéril e inútil, mas sim que a assembleia perdeu horas a discutir assuntos estéreis e inúteis, que era completamente diferente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos contra, 4 abstenções, 11 a favor e com o voto de qualidade contra da Presidente da Assembleia, não aprovar a consolidação das contas. -----

Aprovação em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 26 presentes na sala. -----

FALTAS: Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta a Sara Cidrais Cid. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 17.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01:40, do dia 01 de julho do ano de 2017 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----